

**O DISCURSO SOBRE POBREZA E MARGINALIDADE PRODUZIDO
POR ALUNOS DE ENSINO MÉDIO¹**

***DISCOURSE ON POVERTY AND MARGINALITY PRODUCED
BY HIGH SCHOOL STUDENTS***

Luzia Alves
Mestre em Linguística Aplicada
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(luziaalves613@gmail.com)

RESUMO: O discurso desabonador subjacente às condições mediatas de produção permite refletir se a violência e a indisciplina podem se constituir como marca desta geração escolar, que parece demonstrar falta de perspectiva, o que leva a se pensar numa transformação do laço social, fruto da ordem do discurso e do momento sócio histórico e ideológico. Reflexões decorrentes dessas inquietações, enunciadas por professores, desencadearam esta pesquisa, cujo objetivo é analisar as representações que alunos de nível de Ensino Médio fazem sobre pobreza, marginalidade, sobre seus colegas e sobre si. A hipótese desse estudo é de que os alunos detêm uma representação que difere da representação dos professores. Inserido nesse momento sócio histórico, este estudo se dedica à análise de discurso de alunos de nível de Ensino Médio, de uma escola de rede pública da periferia da cidade de São José dos Campos, no que diz respeito à marginalização. O corpus de pesquisa se constitui de textos dissertativos produzidos por alunos da 2ª série do Ensino Médio sobre o que pensam da pobreza e marginalidade. Teórica e metodologicamente, a pesquisa está ancorada na Análise de Discurso de linha francesa, adotando como principais autores Pêcheux (1975), Authier-Revuz (2004), Orlandi (1999), conceitos da Psicanálise, em Lacan (1966/1996), Lesourd (2004), Miller (1997) e conceito da filosofia de Foucault (1969/1995a) e Agamben (2002), e da sociologia de Becker (1963/2008). Resultados revelaram um discurso heterogêneo, afetado, por um lado, pela memória discursiva, segundo a qual se associa pobreza à marginalidade, (con)fundindo exclusão social com criminalidade, especificamente com envolvimento e uso de entorpecentes e; por outro lado, quando se refere a colegas/amigos, o discurso dos alunos produz um efeito de sentido de marginalidade, que não é o da transgressão. O discurso apresenta, ainda, marcas discursivas condizentes ao que se podem caracterizar como constitutivas de sujeitos do desejo, marcas do Nome-do-Pai.

Palavras-chave: Exclusão. Pobreza. Marginalidade. Nome-do-Pai. Nomeação.

ABSTRACT: The derogatory speech underlying mediate conditions of production that allows us to reflect on whether the violence and indiscipline can be constituted as a mark of this school generation, which suggest a lack of perspective and lead us to think of a transmutation of the social bond resulted from the order of discourse and the sociohistorical and ideological time. Reflections from these concerns as described by teachers, triggered this research that aims at examining the representations that students in high school create about poverty and marginalization toward his colleagues and themselves. This study hypothesis is that students' representations differ from teachers' representations. Inserted in this sociohistorical time, this study focuses on discourse analysis of students in high school of a public school in the outskirts of São Jose dos Campos, in relation to marginalization. The research corpus is composed of argumentative text produced by students from 2nd grade of high school about what they think of poverty and marginalization. Theoretically and methodologically, the research is anchored in French Discourse Analysis, basing mainly on authors such as Pêcheux (1975), Authier-

¹ Doutoranda em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista CNPq.

Revuz (2004), Orlandi (1999), considering concepts of psychoanalysis, Lacan's (1966/1996), Lesourd (2004), Miller (1997) and concept of the philosophy of Foucault (1969/1995a) and Agamben (2002), and the sociology of Becker (1963/2008). Results of corpus analysis revealed a heterogeneous discourse, affected, on the one hand, by the discursive memory that poverty is associated with marginality, (with) merging social exclusion with crime, specifically with the dealing and use of drugs, and on the other hand, when referring to colleagues/ friends, the students' discourse produces an effect of sense of marginality, which is not the transgression. The speech also presents discursive marks consistent to what can be characterized as constituting the subject of desire, marks of the Name of the Father.

Keywords: Exclusion. Poverty. Marginalization. Name of the father. Appointment.

Introdução

A violência e a indisciplina parecem constituir as marcas generalizadamente atribuídas a esta geração escolar, às quais são associadas a característica de uma geração que demonstra desinteresse pelo conhecimento escolar, resiste a regras e quebra hierarquias. Chega-se a se enunciar, inclusive, que algumas escolas teriam passado a se constituir um espaço em que o direito civil, que assegura a garantia da integridade física e constitui a prerrogativa de uma sociedade civilizada, não é preservado.

No espaço escolar da rede pública, no intervalo entre as aulas, em conversas informais nas salas de professores, é muito comum se ouvirem discursos dissonantes sobre a validade da inclusão. Professores comentam sobre a dificuldade que encontram em motivar os alunos à participação efetiva na construção do conhecimento². Na maioria das vezes, ouvem-se comentários como “O aluno não aprende porque os pais não acompanham o rendimento escolar”, ou então, “Os pais já não ensinam mais nada aos filhos. Deixam todo o trabalho para a escola”, ou ainda, “Aquela sala é apática, desinteressada. Já tentei de tudo e não sei mais o que fazer”, e por fim “Para que insistir em motivá-los, sendo que já sabemos qual o futuro que eles terão?”.

Diante de tais inquietações do professorado, num sentido de verificar se o discurso dos alunos coincidem com o discurso dos professores, este presente estudo tem como objetivo analisar o discurso de alunos de nível médio, de escola pública estadual da periferia de uma cidade do interior do Estado de São Paulo e identificar as representações que esses alunos fazem da realidade que os circunda. Mais especificamente, essa pesquisa objetivou analisar: 1) a representação que os alunos

² A concepção de construção de conhecimento vista pelos professores como conhecimento acadêmico.

pesquisados fazem de pobreza; 2) a representação que os alunos pesquisados fazem da marginalidade; 3) a representação que os alunos pesquisados fazem de seus colegas; 4) a representação que os alunos pesquisados fazem de si mesmos.

A fundamentação desta investigação se insere nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa (AD), atravessado pela psicanálise. O intuito não é o de analisar o texto de forma interpretativa, pois “diferentemente da análise de conteúdo a AD considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar o sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Nesse sentido, pode-se observar que o discurso se modifica em função dos momentos e dos lugares de enunciação do sujeito. Esse sujeito é dividido desde sua constituição e só tem acesso à parte do que diz. Ele é pensado discursivamente como posição entre outras; ele não tem acesso direto à exterioridade que o constitui, estando preso às redes de filiações de sentidos e nos efeitos de relação de linguagem com o mundo. Essa dispersão do sujeito, as várias vozes decorrentes das posições enunciativas que o sujeito pode ocupar podem ser encontradas no discurso ou acontecimento discursivo e, de acordo com Pêcheux (1975), os sentidos em um acontecimento discursivo são pensados como efeito da presença do interdiscurso, graças à memória discursiva que direciona o dizer.

De acordo com Tavares (2003),

É preciso salientar, no entanto, que o locutor não determina, antes de começar a enunciar, qual o melhor ‘tom’ a ser empregado em seu texto; o que ocorre na verdade é que o texto assume um determinado ‘tom’ conforme a posição que o locutor ocupa no instante em que ele enuncia (TAVARES, 2003, p. 190).

Pêcheux (1975/1988) afirma que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes correspondem. Justifica a necessidade da articulação entre o materialismo histórico e a psicanálise devido ao fato de o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estarem materialmente ligados no processo de linguagem.

Para a AD, o discurso traz a exterioridade para o interior da língua, e é atravessado pela História e pela Ideologia, ou seja, “as escolhas lexicais e uso revelam a presença de ideologias que se põem, revelando diferentemente a presença de diferentes discursos, que por sua vez expressam a posição de grupos de sujeitos

acerca de um mesmo tema” (FERNANDES, 2007, p. 19). O sentido é algo produzido historicamente pelo uso e o discurso provoca o efeito de sentido entre locutores posicionados em diferentes perspectivas.

Trata-se de um sujeito heterogêneo, e conforme Authier-Revuz (1990), essa heterogeneidade é **constitutiva**, pois deve ser pensada como condição de existência dos discursos e dos sujeitos; ou, **mostrada**, na qual a voz do outro se apresenta explícita no discurso do sujeito e pode ser identificado na materialidade linguística.

Segundo Pêcheux (1975/1988), o esquecimento 1 recebe a terminologia de **esquecimento ideológico**, pois, ao enunciar, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz, o que ocorre na verdade é que ele retoma os sentidos preexistentes. O esquecimento 2 é da **ordem enunciativa** e produz nos indivíduos a ilusão de que o discurso que ele profere reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade. Esses esquecimentos contribuem para que o sujeito tenha a ilusão de que seu discurso é original (primeira ilusão) e que tem significado único (segunda ilusão). Pêcheux denomina-os como **ilusão discursiva**. Na primeira ilusão o esquecimento é inconsciente e o discurso se caracteriza pelo já-dito. Sua originalidade se apresenta apenas na situação de enunciação ou em novas condições de produção. Na segunda ilusão, o sujeito imagina o discurso unívoco, havendo apenas uma interpretação possível por todos os interlocutores. O sujeito se esquece que não há um controle sobre a linguagem e que deixa escapar, inconscientemente, significados outros.

É esse terceiro momento da teorização pecheutiana sobre o discurso que possibilita tratar da incompletude do sentido, que favorece a utilização da teoria psicanalítica da subjetividade, a partir da categoria lacaniana do real, juntamente com o imaginário e o simbólico pecheutiano, segundo o qual “formações imaginárias resultantes de processos discursivos anteriores, provenientes de outras condições de produção que deram nascimento a tomadas de posição implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco (PECHEUX *apud* TEIXEIRA, 2000, p. 20)”.

Pobreza x marginalidade: a invenção social do ilícito

Antes de iniciar a análise à qual o estudo se propõe, faz-se necessário conceituar marginalidade e pobreza. Para apreender como surgiram esses conceitos, é primordial entender que eles advêm do/no termo *social* que aparece a partir de uma

representação cultural da existência de um centro e de uma periferia, da saída da população do meio rural para o urbano, são os chamados **burgos**.

O centro era marcado pela ideia de boa vontade e de integração social; era onde se realizavam todas as transações econômicas. Da delimitação do centro, nasce a periferia, o entorno, e sua função simbólica do viver à margem, o não-lugar, da insignificância e do não-poder.

A pobreza está relacionada a vários fatores como renda, saúde, educação, acesso a bens, localização geográfica, sexo, origem étnica, e circunstâncias familiares. A definição de pobreza também está ligada a normas de consumo da sociedade, e a outras condições consideradas necessárias para participação na sociedade. Porém a pobreza tem outras dimensões além do consumo, que incluem as doenças, o analfabetismo, a falta de acesso a serviços básicos, a insegurança, o isolamento físico e social e a exposição à violência. A marginalidade tem um componente sociocultural, onde a construção da realidade vai sendo edificada a partir de centros de poder.

Quanto à marginalidade, há duas correntes que se propõem a interpretá-las: a **estrutural-funcional** e a **histórico-estrutural**. Na interpretação estrutural-funcional existe uma transição da sociedade tradicional para sociedade moderna, os contingentes marginais seriam vistos com um “problema social”, incapazes de se adaptar. Em outras palavras, sua falta de integração não seria dada por leis estruturais, mas por um desajuste inevitável da situação inicial de dualismo, observável através “das discrepâncias existentes com relação ao padrão ‘normal’ de integração” (CARDOSO, 1977, p. 169, *apud* SOUZA).

Para a corrente histórico-estrutural não existe uma transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. O problema da marginalidade surge em uma sociedade constituída de forma heterogênea. A marginalidade se origina nas mudanças das estruturas entre capital e trabalho assalariado. Assim, a força de trabalho marginalizada pelo capital afeta todo o sistema capitalista mundial. É essa acepção que nos interessa e é a partir dela que se procurou investigar o porquê de os alunos de escola pública confundirem pobreza e marginalidade com criminalidade.

Metodologicamente, o **corpus** de pesquisa se constituiu pela recolha de produção de texto de alunos da 2ª série de Ensino Médio, em escola pública da

periferia da cidade de São José dos Campos, cuja solicitação que lhe fora feita era que escrevessem sobre o que pensavam sobre pobreza e marginalidade, objetivando desenvolver os temas transversais, propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sendo esta uma averiguação com um universo reduzido e determinado, como inquirição da preferência da pesquisadora.

A escritura da criminalidade: a vida marginalizada

O conceito de biopoder ou biopolítica, problematizado por Foucault, corresponde, de modo geral, à gestão das populações e da vida. Para esse filósofo, o homem é visto como uma consciência capaz de fazer sínteses e fabricar conceitos *soberanos*, é o (cor)relato de uma história que encadeia sucessões, da qual se percebe o significado oculto, uma história que a razão pode esclarecer, colocando que teriam ligação com a necessidade e o determinismo.

Ao reformular algumas ideias de Foucault (2001), Agamben (2002) retoma o conceito de biopolítica e atribui-lhe a dimensão não apenas do exercício do poder sobre a vida ou do poder soberano de decisão sobre ela, mas o esvaziamento de sentido dessa vida, o que o autor denomina **vida nua**, passíveis de destruição, podendo se pensar aqui em **vida nua** como a vida desses sujeitos-alunos que se auto intitulam marginais e como tais, criminosos, uma vez que agregam ao termo marginalidade o sentido de criminalidade.

As representações dos adolescentes

A discussão proposta neste artigo tem como escopo a Análise de Discurso de linha francesa, perpassada pela Psicanálise em sua terceira fase; os estudos filosóficos de Foucault e Agamben e dos sociológicos de Becker. Postulam-se que a regularidade discursiva encontrada resulta por um lado da marca da interpelação do indivíduo como sujeito de seu discurso e se realiza pela identificação deste sujeito com a formação discursiva que o domina, cujo sentido é produzido como evidência pelo sujeito; e por outro lado, o sujeito é “produzido como causa de si”, pela escrita.

Mesmo quando se corrobora a própria força das discursividades da nomeação (do assujeitamento), o que o coloca num espaço de “indiferença”, exposto ao “**poder soberano**” e à “**vida nua**”, o que lhe impõe a condição de “**homo sacer**” e “**(in)fame**”, ele procura romper com os discursos decorrentes dessa nomeação. Nesse sentido,

analisar-se-ão os discursos nomeadores em relação aos considerados “**desviantes**”, portanto, pelos modos de objetivação, para em seguida partir para a consideração dos modos de subjetivação do sujeito pela escrita. Assim, ocupou-se de discursividades que resultam da evocação de interdiscursos, os quais se caracterizam como nomeação e dos modos de subjetivação pelos quais os sujeitos em questão resistem. A ênfase dada a essa regularidade discursiva, isto é, dizeres que se repetiam e, por essa razão, remetiam à representação que esses alunos faziam do que sejam pobreza e marginalidade, procedeu-se ao recorte de passagens dos textos.

Os textos dissertativos (doravante TD1, TD2 e TD3) que se apresentam, a seguir, tratarão da análise de textos redigidos por alunos (doravante A1, A2 e A3) que versavam sobre a pobreza e sobre a marginalidade. Para que se contextualize a atividade pedagógica, faz-se oportuno lembrar que fora solicitado aos alunos que redigissem um texto dissertativo sobre o que pensavam sobre pobreza e marginalidade. Como o corpus de pesquisa ilustrará, houve nos textos, visivelmente, a remissão a colegas o que se percebe nos TDs.

Também é importante informar que em todos os textos recolhidos, em vez de se atribuir um título, o que seria uma prerrogativa nessa fase escolar, todos os alunos optaram por escrever “Como vejo meus colegas que vivem na pobreza e na marginalidade”, o que se configura uma realidade muito próxima deles: o envolvimento com entorpecentes. Neste sentido, passa-se, a seguir, ao discurso de A1, no qual as referências à pobreza e à marginalidade insinuam reflexos da nomeação como sendo criminalidade.

TD1:

A1.

Tem um amigo que usa droga e que faça muitas coisas errada para você e para a sociedade é muito ruim. Vê um colega se acabando, com a sua própria vida e você ali so vendo.

Por mas que vida de seu amigo esteja ruim você como amigo tem que ajudar ela dá conselho fala que ele esta errado por mas que esta missão seja horivel, não pelo conselho mas a causa.

Hoje nesse mesmo momento morre milhares de adolescentes, jovens por causa de drogas, violência so para fica 1 hora desligado sem noção por causa bobeira.

Muitas famílias que tem filhos que esta nessa vida fica lokos por vê estas coisas, um pai uma mãe luta o dia todo trabalhando para da uma vida melhor para o seus filho e infelizmente ocorre estes fatos

Pessoa que estão nesta situação perde tudo família, amigos, colegas e as vezes até a própria vida e pior coisa é conhecer um amigo que

vende o seu corpo, mata (tira a vida das pessoas) essa é pior causa que tem no mundo.

Tomara que estes jovens venha luta para ter um mundo melhor com mas saúde, segurança, educação etc. tira as coisa erradas da cabeça da pessoas que estão nessa vida. Vamos ajuda o próximo porque hoje são ele que precisa amanha pode se você, e o futuro só Deus sabe...

Como se pode observar, no TD1 em análise, focalizando-se o olhar no primeiro parágrafo, A1 refere-se a um amigo que usa droga e que, a seu ver, transgredir as normas do convívio em sociedade, quando enuncia que **tem [leia-se ter] um amigo que usa droga e faça [leia-se faz] muitas coisas erradas para você e para a sociedade é muito ruim**. Note-se, também, que ele não dirige uma crítica a esse amigo, acusando-o como transgressor, uma vez que se utiliza da construção sintática de subordinação adjetiva relativa restritiva **que usa droga e que faça muitas coisas errada**.

Além disso, quando avalia esse amigo, A1 modaliza seu discurso, ao se referir a ele, afirmando ser muito ruim ter um amigo assim, produzindo um sentido muito mais de lamentação do que de acusação, o que corrobora o sentido apenas atributivo da construção subordinativa que se lhe refere. Observa-se que seu discurso traz a voz da família que versa sobre a escolha de bons amigos, enunciando, dessa forma, a partir da posição sujeito daquele que se imagina e que se diz diferente do amigo.

A1 parece procurar, também, manter certo distanciamento do texto escrito por ele, numa aparente tentativa de expor-se o mínimo possível, evitando também proceder à nomeação, de que fala Becker (2008), do amigo como transgressor, o que pode ser notado pelo uso dos verbos **tem(ter)**, **acabando**, **vendo**, nas formas nominais e, como tais, sem que se lhes possam nomear os sujeitos. Esse efeito de distanciamento é reforçado pelo uso do pronome pessoal do caso reto “você” que não está sendo usado como segunda pessoa do discurso, sua característica em princípio, mas como primeira pessoa, em construção própria da oralidade.

A ocupação da posição–sujeito não-marginal, no sentido de não transgressor das regras da sociedade se faz reiterar, quando A1 enuncia **Vê[ver] um colega se acabando, com a sua própria vida e você ali so [leia-se só] vendo**. Constata-se nessa passagem uma voz de compaixão pelo outro, própria do discurso religioso, voz essa que ganha volume quando reitera, em seguida: **um colega se acabando, com a sua própria vida**. Quando se refere a si, A1 mantém o distanciamento pelo uso da

segunda pessoa como primeira, distanciamento esse que também se manifesta pela alteração da menção àquele a quem se refere como amigo para colega; traz ainda, além do discurso religioso da necessidade de acolher aquele que está sofrendo, a voz do discurso da responsabilidade social que enuncia a ordem do discurso da inclusão.

Focalizando-se a análise no segundo parágrafo **Por mas [leia-se mais] que vida de seu amigo esteja ruim você como amigo tem que ajudar ela dá conselho fala que ele esta errado por mas que esta missão seja horível [horível], não pelo conselho mas a causa**, nota-se o deslocamento do efeito de sentido do pronome pessoal do caso reto você. Ao impor um tom aconselhador, desloca o efeito de sentido de você como eu, que adotara no primeiro parágrafo, estende, amplia a responsabilidade para outros, fazendo com que o sentido de você deslize para nós, primeira pessoa do plural. A1 também revela sua indignação com o descaso social, como uma forma de salvaguardar o colega, o que pode ser observado no excerto **não pelo conselho mas a causa**. Ao mencionar que **por mas [leia-se mais] que a vida de seu amigo esteja ruim você como amigo tem que ajudar**, A1 reporta novamente ao discurso da responsabilidade social, que se enuncia como ordem do discurso vigente.

Embora A1 revele em seu discurso não admitir explicitamente relacionar-se com pessoas na situação a que ele atribui de transgressão, (d)enuncia tê-las, quando volta a se referir a elas como “amigo”, ao escrever **por mas (mais) que a vida de seu amigo esteja ruim você como amigo tem que ajudar**. Note-se, nessa passagem, uma construção que (d)enuncia uma contradição constitutiva do discurso de que fala Foucault (*apud* UYENO, 1995) sobre afastamento e aproximação: afasta-se, considerando-o diferente de si e propõe aproximação. A1 adota, em seu enunciado, um ‘tom’ de aconselhamento para que o outro assuma a responsabilidade pelos colegas usuários de entorpecentes, até num sentido de ordenar a ação do outro, ainda que modalize pela locução verbal ter de: **você tem que ajudar ela, [tem que] dá conselho fala que ele esta errado**. A1 acrescenta, ainda, que essa é a “missão” do outro, mesmo que horrível, numa remissão religiosa do sacrifício, atribuindo aos colegas usuários de drogas a culpa, ainda que, sob ilusão intradiscursiva, tivesse tentado explicar o sentido de que a missão é horrível não pelo conselho, mas pela causa.

Pode-se, ainda, observar os pares dicotômicos ocidentais de ordem platônica, em seu discurso, do certo e do errado, do bem e do mal, e da ordem aristotélica da causa e da consequência. A1 adota também o discurso institucional do Estado, veiculado também pelas diversas mídias ao afirmar **Hoje nesse mesmo momento morre milhares de adolescentes, jovens por causa de drogas, violência**. Ao utilizar o marcador de tempo **Hoje**, A1 parece enunciar que antigamente não era assim.

Embora pela materialidade linguística de seu texto não se possa saber se A1 já passou pela experiência, testemunhou amigos em estado de narcolepsia ou se repete um dizer que percorre entre os colegas, permite a verificação de que tem conhecimento dos sintomas provocados pelo uso do entorpecente na passagem de seu texto: **fica 1 hora desligado sem noção**.

Quando A1 faz referência aos pais, no terceiro parágrafo, que aqui se reproduz para efeito de facilitar a leitura, **Muitas famílias que tem filhos que esta nessa vida fica lokos [loucos] por vê estas coisas, um pai uma mãe luta o dia todo trabalhando para da uma vida melhor para o seus [seu] filho e infelizmente ocorre estes fatos**, ele revela reconhecer que os pais trabalham para oferecer vida digna aos filhos e, como tal, aqui está afetado pelo discurso da família. A1 imagina que é ele quem está enunciando, mas, na verdade, está repetindo um dizer que ressoa o discurso familiar, religioso e social. Ele lamenta a ocorrência desses fatos, presentifica em seu discurso a não-valorização dos pais por parte dos filhos, fazendo pressupor a existência daqueles que não têm ou não tiveram pais que fizessem isso por eles, discurso esse tão mencionado em família. Não deixa de conter traços do discurso religioso, do preceito bíblico e, como tal, da ordem da aceitação sem questionamento de “honrar pai e mãe”. A voz da sociedade que condena atitudes de filhos e justifica a daqueles que não têm pais também se faz presente. A1, assim, sob o efeito de um interdiscurso, enuncia um discurso da ordem do dever, da honra e da gratidão parental, proferindo um discurso heterogêneo constituído de várias vozes.

Ao utilizar o advérbio **infelizmente**, associado ao verbo “ocorrer” em: **um pai uma mãe luta o dia todo trabalhando para da uma vida melhor para o seus filho e infelizmente ocorre estes fatos**, A1 revela não se referir a adolescentes em geral, mas a colegas adolescentes: o tom de lamentação que vinha sendo atribuído aos colegas se repete pelo uso do advérbio de modo e pelo verbo **ocorrer**, denominado

por alguns de verbo de ocorrência, que como tal não têm um sentido ativo pelo qual se culpabilizaria o colega.

Seu discurso se (con)forma dessa maneira, porque A1 enuncia determinado pelo imaginário discursivo de postulação pecheutiana, redigindo seu texto imaginando para quem está escrevendo (escreve para a professora) e, portanto, escreve aquilo que imagina que a professora espera que ele escreva, o que corrobora, também, a afirmação de Hall (2005, p. 39) sobre a falta de inteireza do sujeito, que é preenchida a partir do exterior quando se imagina como se é visto pelo outro. Por isso, seu discurso é movido pelo **esquecimento 1**, em que o indivíduo tem a ilusão de ser a origem do que diz, e pelo **esquecimento 2**, no qual o aluno tem a ilusão de que o discurso que profere reflete o conhecimento objetivo da realidade. A1 adota, nesse sentido, o “jogo imaginário”, o discurso “politicamente correto” como imagina que a professora espera dele, ou seja, a imagem que A1 tem da professora (IA(B)), e também a imagem que A1 faz do que seja seu colega, também aluno (IA(A)).

A despeito dessa determinação imaginária, entretanto, não consegue deixar de levar em consideração o colega com quem convive; daí isentá-lo de culpa, o que remete ao que enuncia Lesourd (2004, p. 67) “Essa imbricação da culpabilidade [...] está no centro da constituição da Lei simbólica, tanto no mito quanto na sua atualização individual por todo sujeito humano”. Seu discurso revela-se, assim, heterogêneo, composto de várias vozes, determinado por várias posições-sujeito de onde enuncia.

No quinto parágrafo, conforme excerto **pior coisa é conhecer um amigo que vende o seu corpo, mata (tira a vida das pessoas) essa é pior causa que tem no mundo**, A1 novamente deixa escapar por um lapso que a marginalidade é fruto do descaso político e social na/da comunidade. O lapso se dá devido a um primeiro momento: enunciar que vender o corpo, matar é **pior coisa**. Logo a seguir enuncia essa é a **pior causa**, o que vai ao encontro do que postula Authier-Revuz (2004) sobre o “heterogêneo ligado ao real da língua”, como espaço do equívoco das palavras com elas mesmas.

Para finalizar, em último parágrafo de seu texto, **Tomara que estes jovens venha luta para ter um mundo melhor com mas saúde, segurança, educação etc. tira as coisa erradas da cabeça da pessoas que estão nessa vida. Vamos ajuda o próximo porque hoje são ele que precisa amanhã pode se você, e o futuro só**

Deus sabe..., A1 revela, numa aproximação de um clichê próprio de textos dissertativos dessa faixa etária, reproduzir o discurso institucionalizado do Estado da luta pela aquisição do direito à cidadania em **venha lutar para um mundo melhor com mais saúde, segurança, educação, etc.**; e encerra com um discurso apocalíptico, numa previsão do julgamento bíblico **“hoje são ele que precisa amanhã pode se você”** e, por fim, faz uso do provérbio “o futuro a Deus pertence”, ao enunciar **o futuro só Deus sabe**, como que para reforçar os argumentos da responsabilidade que o outro/ele deve ter pelo colega/amigo.

Observa-se que A1 não mencionou em seu discurso o que seria pobreza e marginalidade. O fato de omitir tais referências e já iniciar seu texto mencionando o uso de entorpecentes por alguns amigos pode tanto revelar qual a sua aceção sobre o que seja pobreza e marginalidade: não só os toma de forma indistinta como os associa ao uso de drogas ilícitas; pode ainda se revelar a frequência com que “atos desviantes” ocorrem em ambiente escolar e, portanto, a necessidade de não falar da pobreza e da marginalidade a partir do seu entorno.

Também no TD2, a seguir, A2 apresenta algumas regularidades discursivas em sua escrita, o que evidencia que esse sujeito apresenta marcas discursivas sobre o que se pode caracterizar como sujeitos edipianos, ou seja, marcados pelo Nome do Pai, influência marcante do discurso familiar. As ocorrências de linguagem em estudo permitem constatar, a partir da materialidade posta, também a associação de marginalidade com criminalidade. Assim sendo, em consonância com os objetivos já expostos no início, analise-se o TD2 de A2, transcrito a seguir:

TD2

A2.

Pobreza e marginalidade é um assunto muito difícil de se tratar por vários motivos, são muitos fatores que entram em questão quando tocamos nesse assunto.

Penso que a marginalidade vem de conjunto com a pobreza porque a falta de recursos financeiros é um grande passo para a vida do crime; lógico que isso não pode ser desculpa para os criminosos.

Tenho muitos colegas que tem grandes problemas financeiros, isso é muito difícil de se dar porque você não sabe se deve oferecer ajuda porque eles podem levar como deboche, mas não gosto de ver aquela situação é muito triste, isso mostra como o governo está preocupado com o nosso povo.

Amigos na marginalidade, procuro evitar mas tenho alguns, da para perceber que uma das grandes influências é as amizades inadequadas e a falta de dinheiro na família. É difícil você tentar mudar o pensamento de uma pessoa que já entrou nessa vida por isso procuro

conversa com os meus amigos que ainda não entraram nessa vida para que nunca entrem.

Ao iniciar o discurso, A2 revela não se sentir à vontade para enunciar sobre o assunto que lhe foi proposto ao enunciar **Pobreza e marginalidade é um assunto muito difícil de se tratar**. Essa dificuldade decorre do fato de ele enunciar a partir do lugar que ocupa, constitutivamente heterogêneo, por um lado, a de **posição-sujeito aluno** ao escrever para a professora, e por outro, ocupando o lugar de **posição-sujeito colega de classe**. A2 parece se utilizar da introdução de seu texto para justificar o que vai enunciar no terceiro parágrafo, ao afirmar que tem colegas que justificam sua dificuldade em assumir um ponto de vista quando argumenta **a falta de recursos financeiros é um grande passo para a vida do crime; lógico que isso não pode ser desculpa para os criminosos**. Parece não ter sido tão por acaso que ele utiliza a forma verbal **tocamos** na passagem de seu texto em que enuncia **são muitos fatores que entram, em questão quando tocamos nesse assunto**: considerando-se o contexto **são muitos fatores que entram em questão** corresponde a perceber que muitos fatores contribuem para que meus colegas se marginalizem; daí **tocamos nesse assunto** se ver revestido dos sentidos de “abordar” o assunto e de “se comover”, de “sensibilizar”. A2 procura manter o **jogo com o outro** no discurso, mantendo-se “no espaço do não-explicito, do semidesvelado” de que fala Authier-Revuz (2004, p. 18).

Ao utilizar esse mesmo verbo na primeira pessoa do plural, **tocamos**, A2 envolve o interlocutor (a professora), instigando-a a concordar com ele sobre a dificuldade de se enunciar sobre pobreza e marginalidade, o que revela um silenciamento que parece muito comum na sociedade contemporânea, isto é, as pessoas evitam comentários sobre outras pessoas próximas de si que se envolvem ou fazem uso de entorpecentes, como se falar sobre drogas fosse um tabu.

No segundo parágrafo, A2 atribui à pobreza a condição de fator gerador da criminalidade, conforme se pode observar no excerto **marginalidade vem de conjunto com a pobreza porque a falta de recursos financeiros é um grande passo para a vida do crime; lógico que isso não pode ser desculpa para os criminosos**. A2 remete, na verdade, a um discurso do senso comum, que toma os termos de forma indistinta ou autorremissiva entre si, sob o efeito interdiscursivo: “pobreza é marginalidade” e ‘marginalidade é pobreza’; “pobre é bandido” e “bandido

é pobre”. Eis o efeito ideológico: A2 repete um discurso corrente e produzido pela sociedade, imaginando-o seu, quando reproduz o discurso e reproduz a realidade.

No terceiro parágrafo, entretanto, A2 parece deixar escapar uma pausa necessária para estruturar seu pensamento, ao utilizar o ponto-e-vírgula, em vista de para quem está escrevendo (escreve para a professora). Por isso finaliza o período oracional em **lógico que isso não pode ser desculpa para os criminosos**, o que corrobora com o discurso politicamente correto, enredado pelo que imagina que a professora espera dele. Ao enunciar da maneira que A2 enuncia, ele deixa manifesto na materialidade linguística, movido pelo esquecimento, a contradição em seu dizer: primeiro afirma que a **pobreza é grande passo para a vida do crime**, e logo em seguida, afetado pelo imaginário, tenta se retratar, adotando o discurso da sociedade que normatiza que a pobreza não deve ser motivo para a inserção na criminalidade. Tal efeito de linguagem no discurso de A2 concorda com a visão psicanalítica de que o sujeito é dividido, e revela que “a linguagem é duplicada em uma outra cena, pela mesma linguagem, por ela mesma” ((Authier-Revuz, 2004, p. 54). O efeito de sentido provocado por A2 é de que ele ‘cola’³ o termo criminalidade à marginalidade, reforçando a teoria do descentramento do sujeito (LACAN *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004). A2 provoca o efeito de surpresa naquilo que se desenrola na cena social, veiculado pelas mídias e aceito como regime de verdade.

No terceiro parágrafo, conforme já mencionado no início da análise, A2 enuncia ter colegas com **grandes problemas financeiros**. Também faz remissão ao discurso familiar de que se devem escolher os amigos. Embora se justifique ao interlocutor (à professora) que procura não ter amigos na marginalidade, revela/confessa: **mas tenho alguns**. A2 parece afetado pela contradição inerente ao sujeito, primeiro porque fala da posição-sujeito aluno e, como tal, imagina que a professora espera dele que não tenha **amigos na marginalidade**, afetamento este gerado pelo senso comum “diga-me com quem andas, que te direi quem és”, e ao mesmo tempo, vê-se afetado pelo discurso da inclusão que guarda relação com o discurso religioso, o qual afirma que “não se deve fazer acepção de pessoas, pois Deus ama a todos igualmente”. Ao enunciar **procuro evitar mas tenho alguns**, A2

³ Numa relação Significante X Significante

deixa escapar que embora saiba que deva selecionar seus colegas/amigos e tente fazê-lo, não consegue esse controle total sobre si.

A seguir, ele se refere às más companhias numa remissão ao discurso paterno/materno, sob o uso de subordinada adjetiva restritiva, aludindo às causas como má companhia e falta de dinheiro, ainda sob influência do discurso binário causa e consequência, enunciada pela lógica aristotélica. Nesse mesmo parágrafo, esse sujeito demonstra sentir medo e desorientação sobre como lidar com esses colegas. Ele tem medo de ser mal interpretado e retoma o interdiscurso “**é melhor ser amigo porque é mais seguro**”. A2 parece tentar manter certo distanciamento no discurso, ao utilizar a 2ª pessoa do singular no lugar de 1ª pessoa. Nesse caso, e conforme Authier-Revuz (2004, p. 92), por injunção, enquanto enunciador, A2 apaga a não-coincidência do eu e do tu, ‘anexando’ o outro ao seu próprio querer, reduzindo a diferença entre ambos pela assimilação na unidade de um “nós-enunciador”, estabelecido imperativamente **por ele**, como fonte das palavras **que ele escolhe**. Também assume o discurso cristalizado sobre o descaso do governo com os menos favorecidos, ou seja, “é culpa do governo”, (re)assumindo o discurso do “politicamente correto” da responsabilidade social. Há aqui a incidência do nexos **vida nua** e a **violência jurídica**, “a qual entrega o vivente, inocente e infeliz, à pena, que expia a sua culpa e purifica também o culpado, não porém de uma culpa, e sim do direito” (BENJAMIN *apud* AGAMBEN, 2002, p. 73).

No quarto parágrafo, contudo, justifica que embora saiba que deva selecionar seus colegas/amigos, segundo critérios da nomeação, do desvio, A2 mantém-se na posição-sujeito de amigo, assumindo o tom de aconselhamento fraternal rememorando o já-dito “**amigo é aquele que aconselha, que conversa, que escuta**”. Sendo assim, A2 parece se aproximar daquele que se encontra na zona da indiferença, pelo fato de supor que seja possível reverter essa condição de julgamento que se faz pelo poder constituinte, uma vez que aquele que se encontra na posição de poder constituído é-lhe confiado “a decisão soberana sobre a exceção” (AGAMBEN, 2002, p. 34).

Segundo UYENO (2009, p. 1307), as evidências mais denunciadoras da herança indelével do **homo sacer** se apresenta aos nossos espaços urbanos para percebermos o quanto estamos cercados dessas zonas, nas quais se incluem vidas nuas matáveis, colocando em xeque o conceito de cidadania.

Para dar continuidade aos aspectos já expostos, toma-se o TD3, redigido por A3, a ser analisado a seguir:

TD3:
A3.

Na escola aonde estudamos a grande maioria dos alunos entram no mundo da marginalidade muito cedo. Por motivos diversos, como a influência de “colegas”, entre outros.

Eu os vejo como pessoas que precisam de ajuda tanto social como mental.

São Pessoas que por motivos fortes foram para um caminho errado, que em alguns caso não tem volta.

Gostaria que eles estivessem força de vontade para mudar seu destino. Pessoas que tinham tudo para ser alguém na vida, e não se esforçaram.

Acredito que todos merecem uma segunda chance. Mais toda segunda chance começa com um primeiro passo, e esse “passo” deve ser dado pela própria pessoa.

Eu acho que quando se tem força de vontade, pode-se planejar seu futuro.

A3 apresenta em seu discurso o conhecimento de que há alunos, colegas seus que se envolvem em atos desviantes quando menciona **Na escola aonde[onde] estudamos a grande maioria dos alunos entram no mundo da marginalidade muito cedo**, apenas como observador, excluindo-se do lugar de onde enuncia ao utilizar **a grande maioria dos alunos**, embora tivesse usado da primeira pessoa do plural na abertura do parágrafo.

A3 também associa marginalidade à criminalidade, pelo uso do verbo **entram**, e ao afirmar **na escola aonde[onde] estudamos**. A3 faz menção ao fato de que mais pessoas têm conhecimento/sabem do envolvimento de alunos em atos considerados socialmente ilícitos e que esses atos, entrarem na marginalidade, acontece precocemente. O que A3 (d)enuncia são as “formas de silêncio” adotadas no ambiente escolar, local este que se evita falar ou tomar providências quando algum aluno é surpreendido fazendo uso/comércio de entorpecentes.

Ao utilizar a primeira pessoa do plural, A3 procura não assumir sozinho a responsabilidade pelo que está dizendo. É como se dissesse “eu sei, outros também sabem”. Influenciado pelo discurso familiar, de que se deve escolher, A3 revozeia tal discurso, de que a entrada na marginalidade ocorre por influência de “colegas”, entre outros, quando enuncia a influência de **“colegas”**, marcando a heterogeneidade de seu discurso por meio de aspas. Outro já-dito que escapa ao controle de A3 é que, ao

escrever “**colegas**”, recorrendo às aspas, ironiza e retoma o discurso de que, se fosse colega, não influenciaria negativamente, fazendo crer que em sua concepção, colega/amigo cuida, respeita.

No segundo parágrafo, A3 ao enunciar que esses alunos **precisam de ajuda tanto social quanto mental**, assume o discurso da responsabilidade social e não se refere mais à marginalidade como ilicitude, mas como patologia social ou mental. Quando se refere especificamente à ajuda mental, remete a um já-dito do discurso médico pelo não dito relativo à dependência química tomada pela medicina como patologia, por sua vez assumido por alguns juristas. Nota-se como A3, diferindo do discurso predominante, não considera a dependência como crime, não criminaliza o usuário, tese defendida por vários países; também não defende a descriminalização do usuário, sob o ponto de vista de um direito civil, tese também defendida por outros países, mas toma o usuário como doente que requer ajuda médica.

Ao afirmar, no terceiro parágrafo, **que são pessoas que por motivos muito fortes foram para um caminho errado**, A3 utiliza os pares dicotômicos de certo e de errado e deixa transparecer que não se “entra” na criminalidade sem motivos. Como se pode notar, esse terceiro parágrafo faz parte do segundo, funcionando como argumentação para sua afirmação anterior de que **precisam de ajuda social e mental**; em outras palavras o terceiro parágrafo constitui a justificativa, a causa para a defesa do segundo. Refazendo o desencadeamento argumentativo teríamos: **eu os vejo como pessoas que precisam de ajuda tanto social como mental** (segundo parágrafo) **São Pessoas que por motivos muito fortes foram para um caminho errado** (terceiro parágrafo).

Embora essa divisão possa significar inabilidade técnica em escrita, não deixa de permitir pensar que, à medida que escreve, A3 remete aos colegas dos quais, no início de seu texto, afastou-se, promovendo um movimento de aproximação deles, o que parece revelar o funcionamento *etopoiético* da escrita: se na escrita do primeiro parágrafo adota um tom generalizante e moralista de que a maioria dos alunos entram na criminalidade, na do segundo buscou por soluções para esses alunos e, na do terceiro, precisou o levantamento de hipótese para que essa entrada ocorresse. O espaço da alínea (espaço compreendido entre o “ponto final e outra linha”) parece ter-se constituído o tempo para que pensasse nos colegas.

Daí, não culpar os colegas por terem, em suas palavras, entrado na marginalidade e, no final do terceiro parágrafo, indiciando que vinha se remetendo aos colegas sobre os quais escreve, não consegue deixar de remeter a um discurso que parece determinista, quando diz que **em alguns caso[casos] não tem volta**. Não se pode atribuir a essa expressão um determinismo no rigor dessa palavra em virtude do uso do pronome indefinido '**alguns**'. Embora sob o ponto de vista textual possa ser considerado um modalizador, sob o ponto de vista argumentativo, significa uma parcela mínima da totalidade. Esse uso permite pensar que A3, embora certamente não o saiba, alinha-se à perspectiva que toma as atitudes dos colegas como apenas desviantes e não definitivas, equivalendo a: embora alguns não tenham volta, a maioria a tem.

No parágrafo seguinte, que ratifica o abandono da escrita da dissertação escolar, tendo passado pela adoção de um texto de cunho sociológico, como se tivesse realizando um trabalho de campo, A3 remete a um discurso filosófico da ordem da transcendência sartreana pelo qual o sujeito se torna livre se sobrepuser os obstáculos e fazer as escolhas. A3 lamenta pelo fato de esses alunos não terem força de vontade para mudar, ao afirmar que gostaria que eles **estivessem[tivessem] força de vontade**. Quando afirma que o que acontece com os alunos é por força do destino, atribui tanto o sentido de predestinação, como o sentido de escolha, quando diz **peessoas que tinham tudo para ser alguém na vida, e não se esforçaram**, salientando que poderiam ter escolhido o 'caminho certo', mas que foram determinados por outras razões, o que pode ser retomado do terceiro parágrafo **São Pessoas que por motivos fortes foram para um caminho errado, que em alguns caso não tem volta**. Assim, A3 se constitui como sujeito do desejo, um indivíduo ético, ao expressar o desejo de que seu colega/amigo tenha força de vontade para mudar, ao escolher o uso do verbo "**gostaria**".

A3, no quarto parágrafo, adota o discurso do amigo e afirma que todos merecem uma segunda chance, influenciado pelo discurso religioso do perdão, marcado pelo uso do verbo **acredito**. Embora A3 admita que haja uma segunda chance, reafirma ainda mais uma vez que se trata de ato de escolha ao afirmar **mais[mas] toda chance começa com um primeiro passo**. É como se A3 dissesse que, para mudar, é preciso querer, o que pode indicar que A3 permanece influenciado pelo discurso familiar e religioso, quando continua a dizer que esse passo deve ser

dado pela própria pessoa. Há ainda que se observar a presença do discurso ético do ato voluntário, quando A3 declara no quinto e último parágrafo **Eu acho que quando se tem força de vontade, pode-se planejar o futuro**. Aqui, A3 relativiza o discurso determinista, isto é, afirma acreditar que, embora haja situações que pareçam predeterminadas, deve-se resistir para planejar o futuro como quem adota o discurso “somos nós que fazemos nossa história”.

Considerações finais

A opção analítica subjacente à formulação das considerações finais consiste em privilegiar dois eixos cruciais – a marginalidade que é nomeada como criminalidade e a marca do Nome-do-Pai, presente no dizer do sujeito-aluno de nível médio. Tanto a nomeação como a interdição feita pelo Nome-do-Pai podem ser considerados fenômenos coletivos.

Face ao exposto, é patente divisar que das relações imaginárias e do confronto do/com o Outro, esse sujeito simboliza-se a partir da realidade à qual está exposto, pela identificação com o outro a partir das formações discursivas herdadas, pelo fato de a nomeação de marginalidade ser suplantada por criminalidade evidenciando o efeito de sentido provocado por esta devido à faixa etária e o *locus vivendi* no qual se encontra esse sujeito oriundo de escola pública de periferia.

De acordo com Foucault, há a questão da historicidade do conceito, isto é, cada conceito tem sua história e surge em determinado momento da história. Assim sendo, o discurso científico real, cujo elemento principal é um conceito historicizado, tem pretensões à verdade e expressa uma racionalidade.

A análise dos ditos/já-ditos de A1, A2 e A3 revela um discurso heterogêneo afetado, por um lado, pela memória discursiva pela qual associa pobreza à marginalidade, (con)fundindo exclusão social com criminalidade, especificamente com envolvimento e uso de entorpecentes; por outro, quando se refere a seus colegas, produzem um efeito de sentido de marginalidade que não é o da transgressão.

Vale lembrar ainda que esse sujeito, embora conduzido pela dupla exclusão inclusiva, procura de certo modo adentrar àquilo que Foucault (2001) chama de biopoder, que significa compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma,

reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

O que se pode concluir da análise dos discursos desses alunos é que, embora sejam sujeitos heterogêneos e tragam em seus discursos o que os levam à nomeação de “homo sacer” ou mesmo que os caracterizem como “sujeitos infames”, eles não nomeiam os colegas/amigos. Não o fazem porque resistem, convivem com os amigos e, por isso, “percebem” o caráter externo e, portanto, ideológico da nomeação do excluído economicamente como marginal. Também não aceitam para si tal nomeação, uma vez que ao falar do outro, falam também de si, por meio da escrita. Os textos revelaram, ainda, que os discursos neutralizadores das diferenças apenas marcam e aprofundam as desigualdades sociais.

Referências

AGAMBEN, G. **Homo sacer – O poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 (Humanitas).

AUTHIER-REVUZ, J. “Heterogeneidades enunciativas”. In: **Cadernos de estudos linguísticos**, 19. Campinas, IEL. 1990.

_____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.

CARDOSO, F.H. “O Modelo político Brasileiro e outros ensaios”. Rio de Janeiro, Difel, 1977, p. 169. In: SOUZA, M.B. **A atualidade do debate da marginalidade social: notas contra o predomínio do pragmatismo e do individualismo no estudo das relações de trabalho**. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6/seminariodotrabalho/marcosbarcellosdesouza.pdf>. Acesso em 03/01/2010

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos, Claraluz, 2007, p. 128.

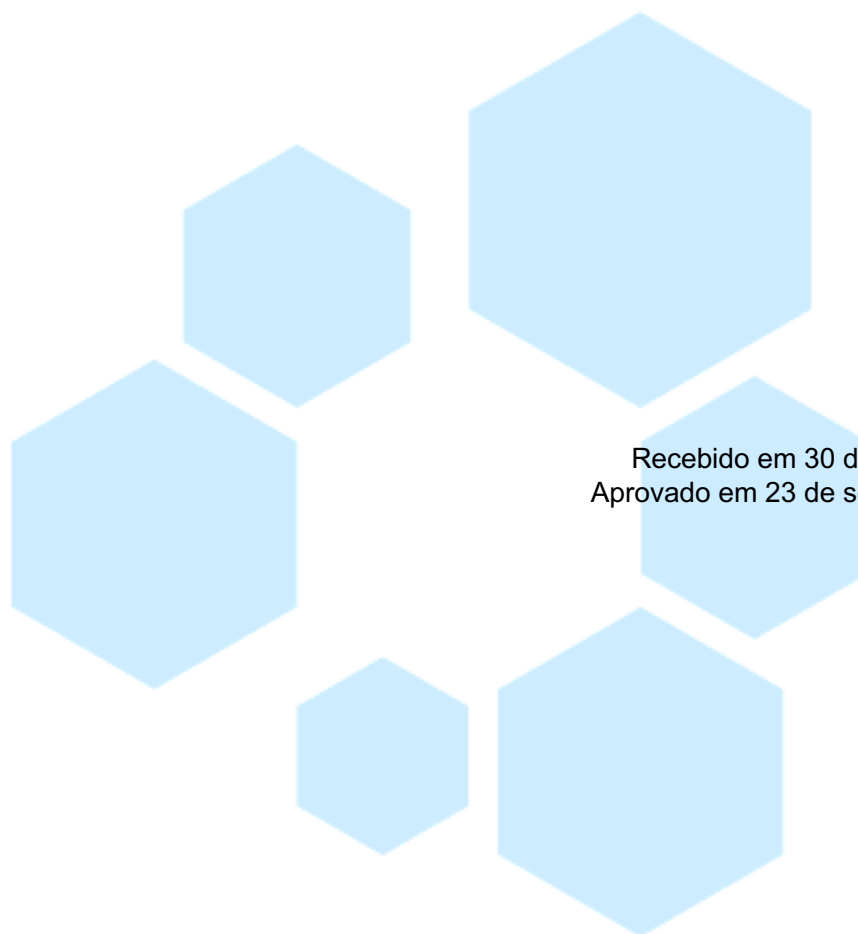
FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 14 ed., Rio de Janeiro, Graal, 2001.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999, p. 17.

PÊCHEUX, M (1975/1988). **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

TEIXEIRA, M. **Análise de Discurso e Psicanálise**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

UYENO, E.Y. **Equívocos em escrita de adolescentes (in)fames**: materialidades da língua e da alíngua no discurso sobre a inclusão. In: 27. VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística - Abralín, 2009, Paraíba. Anais do 27. VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística - Abralín. Paraíba : Ideia, 2009. p. 1305-1314.



Recebido em 30 de março de 2019
Aprovado em 23 de setembro de 2019